

A crise da água

Um acidente nos equipamentos de bombeamento da água que serve a cidade, normalmente um problema assimilável, que o sistema como um todo quase não percebe, está causando esta semana transtorno sério. Boa parte do Plano Piloto achava-se ontem sem água, o que persistirá até que o sistema de bombas volte a operar. Mas, ao voltar, não estaremos a salvo. O abastecimento d'água à capital do País está em crise por força de omissões de investimento verificadas ao longo do tempo, precipitando-se agora efeitos que podem ser desastrosos para a população.

O problema central, para o qual sucessivos governos não atentaram no passado, é o fato de que o Distrito Federal não tem fontes primárias de água em volume correspondente à demanda que foi liberada. O Governo deveria ter visto uma coisa ou outra, isto é, deveria ter contido de algum modo a expansão urbana da cidade, não favelizando a periferia, como fez e continua a fazer, ou liberando recursos para investimento na estrutura da produção e da distribuição de água. Ao invés disso, ficou-se a discutir, por longos anos, em torno de soluções tecnicamente inviáveis, como é o caso da barragem do São Bartolomeu, cujas águas estão inviabilizadas pela poluição do Paranoá.

Mas não é só este o problema. Convinhamos que, como em quase tudo no Distrito Federal, na questão da água há excessiva concentração do poder de iniciativa nas mãos do Estado. Por que não se

liberam os condomínios para a perfuração de poços artesianos, exercendo-se desnecessário e autoritário monopólio estatal sobre o abastecimento? Tudo o que a população pode resolver com seus próprios meios deveria ser-lhe permitido fazer. A população pode se auto-abastecer de água, ainda que não totalmente, mas pelo menos em parte. Não há razões técnicas que desaconselhem a utilização de poços profundos que de modo algum integram a capilaridade do sistema subterrâneo de circulação da água que abastece os reservatórios da Caesb. A população pode resolver muitos dos seus problemas, até o de esgoto, a nível de grandes condomínios, como se faz em diversas cidades do mundo onde se realizam tratamentos primários de efluentes domiciliares. Basta que o Estado se compenetre da inocuidade da sua onipotência.

No contexto das soluções que a cidade terá rapidamente de encontrar para evitar um desastre futuro na questão da água — a qual terá de ser importada do Estado de Goiás — julgamos que se deva contemplar um elenco vasto de estratégias. O auto-abastecimento é uma delas, não isoladamente, mas como componente de um conjunto harmônico de iniciativas. No curtíssimo prazo, porém, cumpre investir rapidamente na recomposição da capacidade operacional da Caesb a fim de prevenirmos de uma crise mais grave. Esse investimento, como se comprovou agora, é prioritário em relação a outros investimentos já programados.